

# Superior Tribunal de Justiça

## RECLAMAÇÃO Nº 38.081 - SP (2019/0158573-6)

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**RECLAMANTE** : ANNE HSIANG LING TSUNG  
**ADVOGADOS** : CARLOS AUGUSTO BURZA - SP107415  
ALEXANDRE DE OLIVEIRA CASTILHO - SP132358  
LILIAN APARECIDA QUIRINO LEÃO E SOUZA - SP146440  
**RECLAMADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**INTERES.** : ANTOINE CHEHARA  
**ADVOGADOS** : WILLIANS DUARTE DE MOURA - SP130951  
CÉLIO JOSÉ BARBIERI JÚNIOR - SP243413

### EMENTA

CONSTITUCIONAL. RECLAMAÇÃO. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. HIPÓTESES DE CABIMENTO. AUSÊNCIA. PEDIDO IMPROCEDENTE.

### DECISÃO

Esta reclamação foi proposta, de acordo com a inicial, contra acórdão que *negou seguimento ao RECURSO ESPECIAL da petionária, sob o argumento de que estaria em descompasso com o decidido pelo E. STJ no recurso repetitivo REsp n. 956943/PR e Súmula no. 375 do STJ, especialmente no tocante à comprovação de sua má-fé quando da aquisição do imóvel de sua propriedade, que foi penhorado na execução movida pelo agravado*, (e-STJ, fl. 113, sem destaque no original).

Pretendeu-se o reconhecimento de que o acórdão reclamado *está em desconformidade com o posicionamento do v. aresto do REsp n. 956943 e a Súmula 375 do STJ* (e-STJ, fl. 142, sem destaque no original).

A liminar postulada foi indeferida (e-STJ, fls. 1.124/1.126).

Foi apresentada constestação (e-STJ, fls. 1.138/1.148).

Às fls. e-STJ 1.150/1.1221, foram prestadas informações.

Ouvido, o Ministério Público Federal se manifestou pelo julgamento sem análise do mérito, ante a inadequação da via eleita (e-STJ, fls. 1.223/1.227).

Este, em síntese, o relatório.

DECIDO.

De acordo com o art. 187 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, para preservar a competência do Tribunal ou garantir a autoridade de suas decisões, caberá reclamação da parte interessada.

Com a entrada em vigor do NCPC, o art. 988 reproduziu nos incisos I

# Superior Tribunal de Justiça

e II o dispositivo regimental.

Acresceu, ainda, a garantia da observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência.

Sucede que do exame dos autos não se constata a existência de decisão desta Corte proferida em benefício de ANNE HSIANG LING TSUNG cuja autoridade esteja sendo desrespeitada, de modo a autorizar o processamento da presente reclamação a fim de garanti-la.

Relativamente à usurpação da competência, o Tribunal reclamado agiu nos exatos limites de sua jurisdição sem nenhuma invasão à área de atuação desta Corte.

A reclamação sustentou, em síntese, a divergência com o entendimento adotado por esta Corte Superior no REsp nº 956.943, julgado sob o rito dos repetitivos, e na Súmula 375/STJ.

Sucede, todavia, que aqui nesta Corte Superior já se decidiu que a reclamação *não se presta para compelir os Tribunais de Apelação a aplicarem, na apreciação de questões semelhantes, eventual tese firmada por esta Corte - mesmo que em recurso repetitivo* - (AgInt na Rcl 28.688, Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe de 29/8/2016).

Além disso, disposto no art. 988, IV, do NCPC não prevê a possibilidade de ajuizamento de reclamação para fazer prevalecer ou afastar a tese fixada em julgamento de recursos repetitivos.

Veja-se, a propósito:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. RECLAMAÇÃO PREVISTA NO ART. 988 DO CPC/2015. CABIMENTO. INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA. DECISÃO MANTIDA.*

*1. De acordo com o art. 988, IV, do CPC/2015, cabe reclamação para garantir a observância de decisão proferida em incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) e em assunção de competência (IAC).*

*2. É incabível a reclamação do art. 988, IV, do CPC/2015 visando à aplicação, pelos Tribunais de segunda instância, de julgado repetitivo do STJ, exceto se a decisão proferida for inobservada na origem e disser respeito às mesmas partes que compõem a reclamação.*

*3. Agravo interno desprovido.*

(AgInt na Rcl 31.565, Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe de 16/3/2017).

# Superior Tribunal de Justiça

Ademais, consoante o Ministério Público Federal, (1) *conforme se observa da leitura do acórdão proferido em sede de agravo interno, foi comprovada a má-fé da agravante, não havendo que se falar em divergência do que fora decidido com a jurisprudência dessa Colenda Corte Superior*; e, (2) *dessa forma, não se pode admitir o processamento da reclamação constitucional, sob pena de conferir à ação autônoma a natureza de recurso, que seria interposto com o objetivo de afastar a má-fé ora reconhecida* (e-STJ, fls. 1.226/1.227, sem destaque no original).

Cumpre referir, ainda, a propósito do acórdão do Tribunal paulista, que esta Corte possui entendimento de que a reclamação não pode substituir o recurso cabível na origem.

Nesse sentido:

*RECLAMAÇÃO CONTRA RETENÇÃO DE RECURSO ESPECIAL, CONSOANTE SISTEMÁTICA PREVISTA NO ART. 543-C DO CPC. NÃO CABIMENTO. RECLAMAÇÃO INDEFERIDA.*

*1. Não há previsão legal para o ajuizamento de reclamação contra decisão do Tribunal a quo que obsta o seguimento de recurso especial, com fundamento no art. 543-C do CPC.*

*2. Na esteira do entendimento do Supremo Tribunal Federal e desta Corte, para impugnar decisum que sobresta, supostamente de maneira equivocada, recurso especial com base no 543-C do CPC, é cabível agravo interno a ser examinado pelo Tribunal de origem.*

*3. Não é admitida a utilização de reclamação como sucedâneo recursal.*

*4. Agravo regimental não provido.*

(AgRg na Rcl 4.231/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Segunda Seção, julgado em 8/8/2012, DJe 15/8/2012 - sem destaque no original)

Assim, por mais de um motivo não procede a reclamação formulada.

Nessas condições, com base no art. 34, XVIII, *a*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO formulado na presente reclamação.

A questão alusiva à condenação ao pagamento de honorários - requerida por ANTOINE CHEHERA - foi recentemente tratada pela Segunda Seção no julgamento da Rcl nº 34.937, relatada pela Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, quando, por unanimidade, em razão da improcedência do pedido formulado, foram arbitrados honorários sobre o valor da causa.

# *Superior Tribunal de Justiça*

O julgamento ocorreu aos 8/11/2018, tendo sido o respectivo acórdão publicado aos 13/11/2018.

Assim sendo, CONDENO a reclamante ao pagamento de honorários fixados em 10% (dez por cento) do valor da causa de onde foi tirada a reclamação, com base no art. 85 do NCPC.

Publique-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO  
RELATOR

